

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.327.105 - RS (2012/0116505-8)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : ALBANO MARCOS BASTOS PEPE E OUTROS
ADVOGADOS : LUCIANA GIL COTTA E OUTRO(S) - RS043174
JOSE LUIS WAGNER - DF017183
VALMIR FLORIANO VIEIRA DE ANDRADE - DF026778
EMBARGADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROCURADOR : PAULO ROBERTO MARIA DE BRUM E OUTRO(S) -
RS025874

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos por **Albano Marcos Bastos Pepe e Outros** contra decisão assim fundamentada:

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No que se refere ao limite temporal para a implantação do percentual de 3,17%, o Tribunal de origem, ao analisar os embargos de declaração opostos pela parte autora adotou a motivação da sentença, conforme se vê: (fls. 591/595):

Relativamente à questão da limitação, têm razão os recorrentes, na medida em que o julgado embargado discorreu de forma genérica acerca da limitação temporal do reajuste de 3,17% ao caso em tela. Com efeito, a fim de sanar a contradição/omissão, valho-me dos termos da r. sentença, a respeito, que está em sintonia com o entendimento desta Turma acerca do tema (fls. 317-8verso):

"(...)

II. 2.1. Da Inexistência da Obrigação de Fazer. Da limitação do reajuste ao advento da Lei nº 10.405, de janeiro de 2002, em relação aos docentes, e ao advento da Medida Provisória nº 2.150-39/01 (atual MP 2.229-43/01) e Lei nº 10.302, de outubro de 2001, em relação aos servidores técnico-administrativos.

Em conformidade com o contido nos arts. 8º e 9º, da MP

nº 2225-45, foi reconhecido pela União o direito de todos servidores públicos ao recebimento do percentual complementar de 3,17%, bem como sua incorporação aos salários em janeiro de 2002. Por oportuno, anoto que o referido normativo legal, em seu art. 11º, dispõe, inclusive, sobre a forma de pagamento dos valores concernentes às parcelas vencidas. Transcrevo os artigos em comento:

"Art. 8º Aplica-se aos servidores civis do Poder Executivo Federal, extensivo aos proventos da inatividade e às pensões, nos termos do art. 28 da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994, a partir de janeiro de 1995, o reajuste de vinte e cinco vírgula noventa e quatro por cento concedido aos servidores dos demais Poderes da União e aos Militares, deduzido o percentual já recebido de vinte e dois vírgula zero sete por cento.

Art. 9º A incorporação mensal do reajuste de que trata o art. 8º ocorrerá nos vencimentos dos servidores a partir de 1º de janeiro de 2002.

...(Omissis)...

Art. 11. Os valores devidos até 31 de dezembro de 2001, em decorrência da aplicação desta Medida Provisória, passam a constituir passivos que serão pagos em até sete anos, nos meses de agosto e dezembro, a partir de dezembro de 2002. (Vide RSF nº 52, de 2005)

Parágrafo único. Excepcionalmente e observada a disponibilidade orçamentária e a definição de critérios objetivos, o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar a antecipação de pagamento dos passivos de que trata o caput."

Ainda, conforme disposto no art. 10, desse mesmo diploma, na hipótese de ocorrência de reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras, o reajuste teria seu término na data de vigência dessa reestruturação ou reorganização.

"Art. 10. Na hipótese de reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras, concessão de adicionais, gratificações ou qualquer outra vantagem de qualquer natureza, o reajuste de que trata o art. 8º somente será devido até a data da vigência da reorganização ou reestruturação efetivada, exceto em relação às parcelas da remuneração incorporadas a título de vantagem

pessoal e de quintos e décimos até o mês de dezembro de 1994."

Tal determinação legal teve seu desiderato com o advento das Leis nº 10.302/2001 (técnico-administrativos) e 10.405/2002 (docentes).

Desta forma, no mesmo normativo em que foi reconhecido o direito dos servidores ao referido percentual, também foi expressamente disposto que se no futuro fosse oportunizada uma reestruturação na carreira dos servidores os referidos percentuais seriam absorvidos, ou seja, ao mesmo tempo em que se compuseram as pendências pretéritas, dispôs-se sobre o período futuro.

Assim, após a inclusão do percentual de 3,17% aos vencimentos percebidos pelos servidores, estes vencimentos foram alterados/substituídos, devido a concessão de novos padrões remuneratórios, em razão da reestruturação oportunizada pelas Leis nº 10.302/2001 (técnico-administrativos) e 10.405/2002 (docentes).

Estes novos padrões foram definidos em valores absolutos e não em percentuais incidentes sobre a remuneração pretérita, única hipótese que poderia dar azo ao deferimento do pedido da parte autora.

Em outros termos, primeiro, forte no disposto nos arts. 8º e 9º, da MP 2225-45/2001, os vencimentos foram reajustados no percentual de 3,17%, retroativos à data da publicação da Lei nº 8.880/94. A seguir, após ter sido efetivada a incorporação, num segundo momento, estabilizados os valores e dirimidas as pendências, a carreira sofreu uma reestruturação que resultou em valores superiores aos percebidos no período imediatamente antecedente a reestruturação, dando margem a aplicação do disposto no art. 10, da MP 2225-45/2001.

Nestes casos há uma evidente descontinuidade, ou seja, o padrão remuneratório sobre o qual foi calculado e incorporado o percentual de 3,17%, foi extinto, e passou a vigorar, desde então, novo padrão sem relação com o anterior.

Desta forma, a extinção do antigo padrão, após regularizadas as pendências desse, não pode influir de modo algum na nova sistemática adotada.

Assim sendo, verbi gratia, servidores que tivessem suas demandas judiciais deferidas em data que antecederesse a reestruturação e tivessem os valores incorporados em seus vencimentos, quando da reestruturação das carreiras nada teriam a ser acrescido em seus proventos. No entanto, aquele servidor que teve seu pedido deferido após a reestruturação de carreira teria direito a incorporação deste percentual de forma incidente sobre os novos valores o que inevitavelmente criaria uma distorsão.

Assim, postular, após a referida reestruturação, seja incluída a parcela referente aos 3,17% aos salários, seria deturpar a nova ordem e eternizar a demanda, uma vez que, dessa forma, todos os servidores que ingressaram e que ingressarem no serviço público nos referidos cargos, teriam direito ao referido reajuste/incorporação. No mesmo sentido da fundamentação acima exposta:

3,17%. SÚMULA ADMINISTRATIVA Nº 05/2004, DA AGU. RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO. LIMITAÇÃO DAS DIFERENÇAS. ÂMBITO DE INCIDÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A QUO. INPC. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. - A discussão sobre o reajuste de 3,17%, devidos aos servidores públicos do Poder Executivo, com base na Lei nº 8.880/94, foi sumulada pela Advocacia-Geral da União. A Súmula Administrativa nº 05/2004 possui obrigatoriedade e determina a não interposição de recurso, pelo disposto nos arts. 28, II, e 43, caput, da Lei Complementar nº 73/93. - A Administração Pública, ao editar a MP nº 2.225, em setembro de 2001, e, ainda, com a Súmula Administrativa nº 9/AGU, de 19 de dezembro de 2001, consubstanciou, além do reconhecimento do direito dos demandantes (inciso V do art. 172 do CC), renúncia em relação às parcelas prescritas (CC, art. 161). - Na superveniência de reestruturação da carreira, com o estabelecimento de nova correspondência de cargos e vencimentos, a diferença fica absorvida pelos novos patamares remuneratórios. Isso porque os 3,17% não se consubstanciam, em verdade, em vantagem, mas em mera diferença decorrente do descumprimento do art. 28 da Lei nº 8.880/94, e tal "diferença" não é relativa aos novos valores, visto que tais valores não são resultantes da revisão promovida pelo art. 28 da Lei nº 8.880/94, mas de nova lei que os especifica. Base de incidência do reajuste de 3,17% fixada com base legal, não havendo recurso voluntário no ponto, tampouco prejuízo ao erário. Correção monetária devida desde

quando originado o débito, e não apenas a partir da citação. Precedentes do Eg. STJ. O INPC mostra-se razoável, pois melhor retrata a perda do poder aquisitivo dos salários, cumprindo a função de manter o seu poder aquisitivo real - Juros moratórios fixados em valor legal, não havendo recurso voluntário no ponto, tampouco prejuízo ao erário. - Verba honorária mantida em 10% sobre o valor da condenação, à partir de precedentes desta Corte, levando em consideração a espécie, situação que se mostra em perfeita sintonia à norma contida no art. 20 do CPC. (TRF4, AC 2003.71.00.028348-9, Quarta Turma, Relator Valdemar Capeletti, publicado em 10/05/2006)

ADMINISTRATIVO. REAJUSTE 3,17%. EMBARGOS À EXECUÇÃO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. BASE DE CÁLCULO. - O reajuste de 3,17% não prevalece em período posterior à reestruturação da carreira e não incide sobre o total da remuneração, mas sobre o vencimento do cargo com reflexo sobre os adicionais e gratificações que tenham aquele como base de cálculo. (TRF4, AC 2004.72.00.002320-6, Primeira Turma Suplementar, Relator Loraci Flores de Lima, publicado em 26/04/2006)

Nestes termos, impõe-se a limitação do reajuste ao advento da Lei nº 10.405, de janeiro de 2002, em relação aos docentes, e ao advento da Medida Provisória nº 2.150-39/01 (atual MP 2.229-43/01) e Lei nº 10.302, de outubro de 2001, em relação aos servidores técnico-administrativos, o que foi observado nos cálculos elaborados pela Contadoria, conforme verifíco das fls. 264-275.

Em relação à alegação de omissão quanto à configuração da coisa julgada, também adoto os fundamentos do julgado monocrático (fls. 316 e verso):

"(...)

II. 1.1. Da impossibilidade de modificação do julgado em razão da coisa julgada formal.

Inicialmente, afasto a alegação dos Embargados de que estaria sendo desconsiderada a decisão transitada em julgado que está abrigada pelo manto da coisa julgada.

No caso dos autos, a alteração fática que autoriza o

reexame da matéria em sede de execução é a superveniência da MP nº 2.225-45/01, que teria procedido a extensão administrativa do percentual de 3,17%, bem como da MP nº 2.150-35/01 (atualmente editada sob nº 2.229-43, de 06.09.2001) e da Lei nº 10.405/2002, instrumentos que modificaram a relação jurídica existente entre a UFSM e os Embargados, o que autoriza a apreciação dos verdadeiros limites da coisa julgada, nos termos do artigo 741, II c/c artigo 471, I, ambos do CPC. (...)"

*No ponto, observa-se que o Tribunal de origem foi proferido em dissonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual o pagamento do reajuste de 3,17% está limitado à data da reorganização ou reestruturação da carreira do servidor, hipótese que não se configura no caso das **Leis 9.678/1998, 10.187/2001 e 10.405/2002**, que tratam da Gratificação do Estímulo à Docência no Magistério Superior (GED) e da Gratificação de Incentivo à Docência (GID).*

*Cumprir destacar que essa orientação foi firmada pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento, pela sistemática prevista no artigo 543-C do CPC, do **REsp 1.371.750/PE**, Rel. Ministro Og Fernandes, DJe 10/04/2015.*

Confira-se a ementa:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. SERVIDOR PÚBLICO. LEI N. 9.678/98. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE DOCÊNCIA SUPERIOR. NÃO CONFIGURAÇÃO. RESÍDUO DE 3, 17%. LIMITAÇÃO TEMPORAL. INAPTIDÃO. TESE FIRMADA SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. RECURSO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. CONTRARIEDADE AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PRESCRIÇÃO. LEI N. 10.405/02. NORMA SEM CONDÃO DE LIMINAR O REAJUSTE. RECURSO DOS SERVIDORES. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458, II, E 535, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. OFENSA AO ART. 28 DA LEI N. 8.880/94. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. LEI N. 11.344/06. ABSORÇÃO DO PERCENTUAL. OFENSA À COISA JULGADA. AUSÊNCIA. SÚMULA 83/STJ.

1. Para efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil, firma-se a tese, já pacífica neste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o pagamento do reajuste de 3,17% está limitado à data da reestruturação ou

reorganização da carreira, nos termos do art. 10 da Medida Provisória n. 2.225-45/2001, não configurando tal marco o advento da Lei n. 9.678, de 3 de julho de 1998, que estabeleceu a Gratificação de Estímulo à Docência - GED, uma vez que esse normativo não reorganizou ou reestruturou a carreira dos servidores públicos do magistério superior lotados em instituições de ensino dos Ministérios da Educação e da Defesa.

2. *Precedentes:* AgRg no AREsp 522.014/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 28/8/2014; AgRg no REsp 970.761/RS, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 9/6/2014; AgRg no REsp 1.084.331/SC, Rel. Ministra Alderita Ramos de Oliveira, Desembargadora convocada do TJ/PE, Sexta Turma, DJe 25/2/2013; AgRg no AREsp 29.981/RN, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11/11/2011; REsp 966.590/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe 20/10/2008; AREsp 8.355/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/5/2011; REsp 1.208.197/RN, Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 5/5/2011.

3. Quanto ao recurso da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, observa-se, no que tange à assertiva de contrariedade ao art. 535, inc. II, do CPC, que a autarquia não expõe as questões sobre as quais entende ser imprescindível o pronunciamento da Corte Regional. A hipótese é de aplicação, por analogia, da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal: "Inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência da fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

4. O lapso prescricional da pretensão executória deve ser contado da data do trânsito em julgado da ação de conhecimento (Súmula 150/STF). Consta do julgado recorrido, que, "no caso dos autos, como o decisum em questão tornou-se definitivo em 27/9/2002 e a execução foi ajuizada em 27/9/2007, restou obedecido o lustrum prescricional".

5. A limitação do reajuste não deve recair na data da edição da Lei n. 9.678/98, diante do que ficou estabelecido como tese representativa da controvérsia.

6. A Lei n. 10.405/02 tampouco serve de limite à percepção dos 3, 17%, pois a Gratificação de Incentivo à Docência - GID, prevista na Lei n. 10.187/01, alterada pela Lei em comento, não está compreendida entre as hipóteses de reestruturação ou reformulação de carreira. A propósito: AgRg no REsp 970.761/RS, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 9/6/2014.

7. Celmy Maria Bezerra de Menezes Barbosa e outros

suscitam a nulidade do acórdão por negativa de prestação jurisdicional. Todavia, não ocorre contrariedade aos arts. 458, II, e 535, II, do CPC, quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu exame, assim como não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e inexistência de prestação jurisdicional. Ademais, o magistrado não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas em juízo, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão.

8. Quanto à alegativa de ofensa ao art. 28 da Lei n. 8.880/94, tem-se que, em nenhum momento, a decisão hostilizada pronunciou-se a respeito de tal matéria. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, a teor do que preceitua a Súmula 211/STJ.

9. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de a limitação temporal do reajuste de 3,17% é possível quando este for concedido por decisão judicial.

10. De notar, entretanto, que, no caso concreto, a assertiva de violação da coisa julgada (arts. 467, 468 e 474 do CPC), constante do recurso dos servidores, não se refere à Lei n. 9.678/98, mas, isto sim, à Lei n. 11.344/06, publicada depois que o título judicial tornou-se definitivo (27/9/2002, e-STJ, fl. 323).

11. Consoante entendimento firme desta Corte, não ofende a coisa julgada a compensação dos 3,17% com reajustes concedidos por leis posteriores ao trânsito em julgado, como na espécie. Nesse sentido: REsp 1.235.513/AL, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 20/8/2012.

12. Incidência da Súmula 83/STJ, que dispõe: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

13. Recurso especial de Celmy Maria Bezerra de Menezes Barbosa e outros conhecido em parte e, nessa extensão, não provido. Recurso especial da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE conhecido em parte e, nessa extensão, não provido. Acórdão submetido ao regime estatuído pelo art. 543-C do CPC e Resolução STJ 8/2008.

Dessa forma, merece reparos o acórdão recorrido, devendo ser afastada a limitação do reajuste de 3,17% ao advento da Lei n.º 10.405/2002.

De outro lado, a Corte de origem entendeu que "as vantagens pecuniárias que não tiverem caráter pessoal, mesmo que decorrentes de decisão judicial, podem ser incluídas no cálculo

para fim de adequação ao teto constitucional. Esse é o caso do reajuste ora discutido, uma vez que o mesmo, conquanto pessoal no sentido que a decisão judicial diz respeito aos integrantes da lide e ido a todos os servidores, decorre de direito que ido diz com vantagem de caráter pessoal e sim reajuste geral de remuneração" (fl. 561).

Este entendimento está em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que "os valores recebidos por servidores públicos, oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado – tal como ocorre na hipótese quanto ao índice de 3,17% – devem ser incluídos no cálculo relativo ao teto constitucional" (AgRg no Resp 1.145.665/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, publicado em 12/12/2001).

No mesmo sentido:

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PUBLICO FEDERAL. QUINTOS. VANTAGENS PESSOAIS. REAJUSTE DE 28,86% DECORRENTE DE DECISÃO JUDICIAL INCLUI-SE NO ABATE TETO. SEGURANÇA DEFERIDA PARCIALMENTE. - ENTENDE-SE POR VANTAGENS PESSOAIS AQUELAS QUE NÃO SÃO DEFERIDAS AO CONJUNTO DOS SERVIDORES COMO UM TODO, ESTANDO EXCLUIDAS DO TETO DE REMUNERAÇÃO PREVISTO NO ART. 37, XI E ART. 39, PARAGRAFO 1., DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. - CONSIDERA-SE OS QUINTOS COMO VANTAGEM PESSOAL QUE INTEGRA A REMUNERAÇÃO PERMANENTE DO SERVIDOR PUBLICO, DEVENDO SER EXCLUIDO DO TETO REMUNERATORIO. - REAJUSTE DE 28,86% DECORRENTE DE DECISÃO JUDICIAL, POR SE INTEGRAR AO VENCIMENTO DO SERVIDOR, INCLUI-SE NO DEBATE TETO. - O MANDADO DE SEGURANÇA NÃO E SUBSTITUTIVO DE AÇÃO DE COBRANÇA (SUM. 269 E 271 DO STF). - SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA. (MS 3.834/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/05/1998, DJ 29/06/1998, p. 17)

*Confira-se, ainda: **Resp 1.098.474/RS**, Rel. Min. Nefi Cordeiro, publicado em 23/06/2015.*

Quanto aos honorários advocatícios, a Corte regional manteve a sentença, na parte em que se decidiu excluir "do cálculo da execução os valores relativos a honorários advocatícios pertinentes ao Autor Luiz Alberto Aita, que optou por receber seu crédito na demanda de execução de sentença n.º 97.11007355" (fl. 567), por entender que, "configurada a renúncia ao principal, a mesma também abarca a verba

acessória, sob pena de pagamento dúplice, pois o procurador desses Autores executa(ou) honorários naquela ação, proporcionais aos valores principais recebidos" (fl. 567).

Contudo, tal entendimento diverge da jurisprudência desta Corte Superior, que ao analisar caso semelhante ao discutido nos autos, concluiu que "o direito autônomo do advogado executar a verba honorária fixada no título executivo remanesce ainda que eventualmente renunciado o valor principal pelo autor da causa" (REsp 1.569.643/RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, publicado em 06/04/2017).

Em reforço:

*CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL
REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C
DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N. 8/2008. EXECUÇÃO
CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS
ADVOCATÍCIOS.*

*DESMEMBRAMENTO DO MONTANTE PRINCIPAL
SUJEITO A PRECATÓRIO. ADOÇÃO DE RITO
DISTINTO (RPV). POSSIBILIDADE. DA NATUREZA
DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.*

1. No direito brasileiro, os honorários de qualquer espécie, inclusive os de sucumbência, pertencem ao advogado; e o contrato, a decisão e a sentença que os estabelecem são títulos executivos, que podem ser executados autonomamente, nos termos dos arts. 23 e 24, § 1º, da Lei 8.906/1994, que fixa o estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

2. A sentença definitiva, ou seja, em que apreciado o mérito da causa, constitui, basicamente, duas relações jurídicas: a do vencedor em face do vencido e a deste com o advogado da parte adversa. Na primeira relação, estará o vencido obrigado a dar, fazer ou deixar de fazer alguma coisa em favor do seu adversário processual. Na segunda, será imposto ao vencido o dever de arcar com os honorários sucumbenciais em favor dos advogados do vencedor.

3. Já na sentença terminativa, como o processo é extinto sem resolução de mérito, forma-se apenas a segunda relação, entre o advogado e a parte que deu causa ao processo, o que revela não haver acessoriedade necessária entre as duas relações. Assim, é possível que exista crédito de honorários independentemente da existência de crédito "principal" titularizado pela parte vencedora da demanda.

4. Os honorários, portanto, constituem direito autônomo do causídico, que poderá executá-los nos próprios autos ou em ação distinta.

5. Diz-se que os honorários são créditos acessórios porque não são o bem da vida imediatamente perseguido em juízo, e não porque dependem de um crédito dito "principal". Assim, não é correto afirmar que a natureza acessória dos honorários impede que se adote procedimento distinto do que for utilizado para o crédito "principal".

Art. 100, § 8º, da CF.

6. O art. 100, § 8º, da CF não proíbe, nem mesmo implicitamente, que a execução dos honorários se faça sob regime diferente daquele utilizado para o crédito dito "principal". O dispositivo tem por propósito evitar que o exequente se utilize de maneira simultânea - mediante fracionamento ou repartição do valor executado - de dois sistemas de satisfação do crédito (requisição de pequeno valor e precatório).

7. O fracionamento vedado pela norma constitucional toma por base a titularidade do crédito. Assim, um mesmo credor não pode ter seu crédito satisfeito por RPV e precatório, simultaneamente. Nada impede, todavia, que dois ou mais credores, incluídos no polo ativo da mesma execução, possam receber seus créditos por sistemas distintos (RPV ou precatório), de acordo com o valor que couber a cada qual.

8. Sendo a execução promovida em regime de litisconsórcio ativo voluntário, a aferição do valor, para fins de submissão ao rito da RPV (art. 100, § 3º da CF/88), deve levar em conta o crédito individual de cada exequente. Precedentes de ambas as Turmas de Direito Público do STJ.

9. Optando o advogado por executar os honorários nos próprios autos, haverá regime de litisconsórcio ativo facultativo (já que poderiam ser executados autonomamente) com o titular do crédito dito "principal".

10. Assim, havendo litisconsórcio ativo voluntário entre o advogado e seu cliente, a aferição do valor, para fins de submissão ao rito da RPV, deve levar em conta o crédito individual de cada exequente, nos termos da jurisprudência pacífica do STJ.

11. O fracionamento proscrito pela regra do art. 100, § 8º, da CF ocorreria apenas se o advogado pretendesse receber seus honorários de sucumbência parte em requisição de pequeno valor e parte em precatório. Limitando-se o advogado a requerer a expedição de RPV, quando seus honorários não excederam ao teto legal, não haverá fracionamento algum da execução, mesmo que o crédito do seu cliente siga o regime de precatório. E não ocorrerá fracionamento porque assim não pode ser

considerada a execução de créditos independentes, a exemplo do que acontece nas hipóteses de litisconsórcio ativo facultativo, para as quais a jurisprudência admite que o valor da execução seja considerado por credor individualmente considerado.

RE 564.132/RS, submetido ao rito da repercussão geral 12. No RE 564.132/RS, o Estado do Rio Grande do Sul insurge-se contra decisão do Tribunal de Justiça local que assegurou ao advogado do exequente o direito de requisitar os honorários de sucumbência por meio de requisição de pequeno valor, enquanto o crédito dito "principal" seguiu a sistemática dos precatórios. Esse recurso foi submetido ao rito da repercussão geral, considerando a existência de interpretações divergentes dadas ao art. 100, § 8º, da CF.

13. Em 3.12.2008, iniciou-se o julgamento do apelo, tendo o relator, Ministro Eros Grau, negado provimento ao recurso, acompanhado pelos votos dos Ministros Menezes Direito, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Carlos Ayres Brito. O Ministro Cezar Peluso abriu a divergência ao dar provimento ao recurso. Pediu vista a Ministra Ellen Gracie. Com a aposentadoria de Sua Excelência, os autos foram conclusos ao Min. Luiz Fux em 23.4.2012.

14. Há, portanto, uma maioria provisória, admitindo a execução de forma autônoma dos honorários de sucumbência mediante RPV, mesmo quando o valor "principal" seguir o regime dos precatórios.

15. Não há impedimento constitucional, ou mesmo legal, para que os honorários advocatícios, quando não excederem ao valor limite, possam ser executados mediante RPV, ainda que o crédito dito "principal" observe o regime dos precatórios. Esta é, sem dúvida, a melhor exegese para o art. 100, § 8º, da CF, e por tabela para os arts. 17, § 3º, da Lei 10.259/2001 e 128, § 1º, da Lei 8.213/1991, neste recurso apontados como malferidos.

16. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art.

543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/2008.

(REsp 1347736/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/10/2013, DJe 15/04/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FRACIONAMENTO DO VALOR DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA DE ESTADO-MEMBRO. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE. RE n.º 564.132/RS (TEMA STF n.º 18/STF). AGRAVO REGIMENTAL

DESPROVIDO.

1. Conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do RE n.º 564.132/RS, "a verba honorária consubstancia direito autônomo, podendo mesmo ser executada em separado. Não se confundindo com o crédito principal que cabe à parte, o advogado tem o direito de executar seu crédito nos termos do disposto nos artigos 86 e 87 do ADCT" (RE 564132, Relator(a): Min. EROS GRAU, Relator(a) p/ Acórdão: Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 30/10/2014, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 09-02-2015 PUBLIC 10-02-2015 EMENT VOL-02765-01 PP-00001.) 2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RE no AgRg no REsp 980.786/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/05/2015, DJe 28/05/2015)

Desse modo, merece ser provido o recurso especial no que tange aos honorários advocatícios.

Por fim, é pacífica a orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal no sentido de que "o índice de correção monetária aplicável sobre as parcelas devidas aos servidores públicos é o INPC – Índice Nacional de Preços a Consumidor." (REsp 888466/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 07/12/2010, DJe 17/12/2010)

No mesmo sentido, confira-se:

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. PENSIONISTA DE EX-FERROVIÁRIO DA RFFSA. COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO. LEI 8.186/91 E DECRETO 956/69. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO-OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE. INPC. MULTA PREVISTA NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. CARÁTER NÃO-PROTELATÓRIO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. RECURSO INTERPOSTO PELO INSS CONHECIDO E IMPROVIDO. RECURSO INTERPOSTO PELA UNIÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

...

4. Em se tratando de ação proposta com o fito de obter revisão de benefício previdenciário, relação de trato sucessivo e de natureza alimentar, a prescrição que incide é tão-somente aquela que atinge as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, não ocorrendo a chamada prescrição do fundo de direito, nos

termos da Súmula 85/STJ.

5. Ante a superveniência da Lei 8.186/91, os ferroviários admitidos, sob qualquer regime, até 1969, assim como aqueles que se aposentaram até a edição do Decreto-Lei 956/69, têm direito à complementação da aposentadoria prevista no referido decreto, que se estende aos pensionistas do ex-ferroviário. Precedentes do STJ.

6. O INPC, por ser o índice que melhor reflete a realidade inflacionária, deve ser utilizado para a atualização monetária das parcelas pagas em atraso a servidores públicos.

7. Recurso especial interposto pelo INSS conhecido e improvido.

Recurso especial interposto pela UNIÃO conhecido e parcialmente provido para afastar a condenação da multa prevista no art. 538 do CPC e fixar o INPC como índice de correção monetária do débito.

(REsp 1.097.672/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe 15/06/2009)

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação. Honorários a favor da parte recorrente, fixados em 5% (cinco) sobre o valor atualizado da causa. "

A parte embargante aponta a existência de omissão do julgado quanto à limitação do reajuste ao advento da Lei 10.302/2001 para os técnicos administrativos, questão que afirma ter sido devidamente suscitada nas razões do apelo especial.

Sustenta, ainda, ter sido "omissa a decisão quanto à imediata incidência, no caso dos autos, do art. 85, §§ 2º, 3º e 5º, do CPC/2015, em pleno vigor no momento em que proferida a decisão embargada, o qual estabelece critérios objetivos para fixação da verba honorária, em percentuais pré-definidos" (fl. 672)

A parte embargada não apresentou impugnação (fl. 682).

É o relatório.

A pretensão recursal comporta parcial acolhimento.

Consoante o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do

acórdão atacado ou, ainda, para correção de erro material, não se revelando meio idôneo para fazer prevalecer o entendimento da parte embargante quanto à matéria já decidida.

No tocante à omissão sobre a impossibilidade de limitação do reajuste em relação aos técnicos administrativos, impõe-se reconhecer a existência de omissão, pois se trata de tema efetivamente ventilado nas razões do apelo especial e não enfrentado pela decisão ora embargada.

Passa-se ao exame da questão.

Quanto ao ponto, observa-se que o aresto regional não destoia da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal firme no sentido de que constitui termo final para o pagamento do resíduo de 3,17% (três vírgula dezessete por cento) a reestruturação da carreira dos Técnicos-Administrativos das Instituições de Ensino Superior, determinada pela Medida Provisória 2.150-39/01.

A propósito, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. RESÍDUO DE 3, 17%. MP N. 2.225-45/2001. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. MP 2.150-39/01. NOVA CLASSIFICAÇÃO AOS CARGOS E NOVAS TABELAS DE REMUNERAÇÃO.

I - No que concerne à limitação temporal, é cediço que a Segunda Turma deste Superior Tribunal de Justiça, nos autos do REsp 1.235.513/AL, processado na forma do regime previsto no art. 543-C do CPC, entendeu que, inexistindo previsão no título judicial acerca da limitação temporal do referido residual, não pode o fato ser alegado em embargos à execução, sob pena de ofensa à coisa julgada.

II - Entretanto, na mesma oportunidade, externou entendimento segundo o qual a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo não é causa de violação à coisa julgada. Na mesma linha, concluiu pela possibilidade de se reclamar a compensação nos casos em que o fato não tenha sido objetado nos autos do processo de conhecimento em razão de ocorrência posterior à sentença, nos termos da previsão disposta no art. 741, VI, do CPC.

III - No tocante à MP n. 2.225-45/01, esta Corte Superior já se manifestou no sentido de que o advento da referida norma constitui fato superveniente a ser invocado até mesmo em

embargos à execução, no caso de ter a sentença que reconheceu o direito ao resíduo de 3, 17% transitado em julgado em momento anterior à sua vigência. Precedentes.

IV - Firmou-se a jurisprudência também no sentido de que, nem sempre a classificação de determinada causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como superveniente à sentença ou não, se resolverá pela data do trânsito em julgado, mas pela última oportunidade de alegação no processo cognitivo (AgRg no REsp 1121124/PR, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 14/04/2014).

V - Nos termos do art. 10 da MP n. 2.225-45/01, a concessão do reajuste de 3,17% fica limitada à data da efetiva reorganização da carreira, nas hipóteses de sua ocorrência, situação à qual estão enquadrados os técnicos-administrativos, uma vez que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça ordena-se no sentido de que a MP n. 2.150-39/01 conferiu nova classificação aos cargos e concedeu novas tabelas de remuneração, a partir do mês de junho de 2001. Precedentes.

VI - Agravo regimental improvido (AgRg no REsp. 1189379/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe 3/8/2015).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 3.17%. LIMITAÇÃO TEMPORAL. COISA JULGADA. NÃO VIOLAÇÃO.

1. Acerca dos argumentos trazidos no presente recurso de que o REsp n. 1.235.513-AL daria guarida às pretensões recursais, deixou de conhecer da referida tese, por considera-la inovação recursal.

Mesmo que assim não fosse, o referido repetitivo traz peculiaridade que não guarda similitude com a questão discutida nos autos, ao menos da leitura do acórdão recorrido, uma vez que este não traz em seu bojo informações no que se refere ao fato de que a limitação do reajuste, advinda da MP 2.150-39/2001 já podia ser passível de ser invocada no processo cognitivo por ocasião da interposição da apelação.

2. Correto o acórdão proferido ao limitar a incidência do reajuste de 3,17% à data em que houve a reestruturação da carreira dos Técnicos Administrativos das Instituições Federais de Ensino (IFES), o que ocorreu com a entrada em vigor da MP 2.150-39 de 31 de maio de 2001. Dentre outros precedentes: AgRg no REsp n. 1.115.349/PR, Sexta Turma, Alderita Ramos de Oliveira (Desembargadora convocada do TJ/PE), DJe 19/12/2012; AgRg no AREsp 302.922/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 24/05/2013.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1351949/PR, Rel. Ministro BENEDITO

GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 15/4/2014).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. LIMITAÇÃO TEMPORAL DO REAJUSTE DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA. JUROS MORATÓRIOS. ADEQUAÇÃO.

1. A Súmula 150/STF estabelece idêntico prazo prescricional da ação de conhecimento para o processo de execução, que, no caso dos autos, é de cinco anos.

2. Esta Corte de Justiça firmou a compreensão de que a limitação temporal prevista no art. 10 da Medida Provisória n.º 2.225-45/2001 não afronta a coisa julgada, podendo ser argüida em sede de embargos à execução. Precedentes.

3. Escorreita a decisão do Tribunal de origem ao limitar a incidência do reajuste de 3,17% à data em que houve a reestruturação da carreira dos Técnicos Administrativos das IFES, o que ocorreu com a entrada em vigor da MP 2.150-39 de 31 de maio de 2001.

4. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da limitação de 6% ao ano dos juros de mora em demandas contra a Fazenda Pública. Na mesma assentada, a Excelsa Corte afirmou que a MP n. 2.180-35/2001 é de natureza processual, devendo incidir imediatamente nos processos em andamento. Tal compreensão também foi adotada com relação à Lei n. 11.960/2009. Confira-se: REsp 861.859/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 27/08/2012.

5. Agravo regimental de ARIANNE CARVALHO E OUTROS improvido e agravo regimental da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ parcialmente provido, para adequar os juros moratórios.

(AgRg no REsp 1115349/PR, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), SEXTA TURMA, julgado em 04/12/2012, DJe 19/12/2012).

Quanto ao arbitramento dos honorários, não há como reconhecer a omissão apontada pela parte embargante.

Com efeito, na linha da jurisprudência do STJ, o marco temporal para a incidência do novo estatuto processual, no que se refere aos honorários advocatícios sucumbenciais, é a data em que proferida a sentença. Esse é o entendimento deste Superior Tribunal expressado no Enunciado Administrativo de nº 7, *in verbis*:

“Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC.”

Nessa linha de raciocínio, destaca-se:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E INTERTEMPORAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973 E PUBLICADA JÁ QUANDO EM VIGOR O CPC/2015. NOVO ESTATUTO. OBSERVÂNCIA.

1. No que diz respeito às causas em que for parte a Fazenda Pública, o art. 85, § 3º, I a V, do CPC/2015 estabeleceu critérios objetivos para a fixação dos honorários de sucumbência com base no valor da condenação ou do proveito econômico obtido na demanda, prevendo cinco faixas progressivas e escalonadas como parâmetro para tal apuração.

2. Apesar de a propositura da ação demarcar os limites da causalidade e os riscos de eventual sucumbência, o Superior Tribunal de Justiça elegeu a sentença - ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios - como marco para a incidência das regras do novo estatuto processual, notadamente em face da natureza jurídica híbrida do referido instituto (processual-material).

3. A despeito de ser possível a incidência dos honorários previstos nos art. 85, § 11, do CPC/2015, em sede recursal (Enunciado Administrativo n. 7 do STJ), os honorários de sucumbência deverão obedecer à legislação vigente na data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação, lembrando-se que a decisão produz todos os seus efeitos jurídicos somente após a sua publicação.

4. Hipótese em que a sentença foi proferida sob a égide do CPC/1973, sendo o decisum, contudo, publicado já na vigência no novo Código Processual, considerando-se as peculiaridades da contagem dos prazos no processo eletrônico (art. 5º da Lei n. 11.419/2006, c/c o art. 224 do CPC/2015).

5. Recurso especial provido para determinar que o Tribunal de origem reexamine o valor dos honorários de sucumbência, à luz do disposto no art. 85, § 3º e seguintes, do CPC/2015.

(REsp 1.644.846/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 31/08/2017).

Ocorre que, na hipótese vertente, a sentença foi proferida em 29/9/2009 (fl. 370), e não é possível, assim, a aplicação das disposições do CPC/2015 a respeito da

Superior Tribunal de Justiça

fixação da verba honorária, como ora pretendido, devendo prevalecer a verba honorária tal como estabelecida pela decisão ora embargada.

ANTE O EXPOSTO, acolho, em parte, os embargos de declaração, sem efeitos infringentes.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator